

**DESENVOLVIMENTO LOCAL, FRONTEIRAS AGRÍCOLAS E MATOPIBA:  
Análise dos municípios de Barreiras, Formoso do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães e  
São Desidério entre 2013 e 2017**

*Eixo Temático: GT 5- Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar, Economia  
Agrícola e Meio Ambiente*

Amarildo Costa Lima<sup>1</sup>  
Maiara Conceição Castro<sup>2</sup>  
Aniram Lins Cavalcante<sup>3</sup>

## **Resumo**

Na última década, a região do MATOPIBA consolidou-se como uma nova e primordial fronteira agrícola desenvolvendo-se por meio do setor agrícola e sendo referência na produção de grãos, como milho e soja. Embora, essa região se configure em uma área de expansão e produtividade do agronegócio brasileiro, constituindo mais de 10% da produção nacional do grão, sabe-se que os municípios que o compõem apresentam disparidades e que se desenvolvem de maneiras distintas. Dessa forma, o objetivo do artigo é analisar a política de expansão agrícola da MATOPIBA em relação ao desenvolvimento local no recorte dos municípios de Barreiras, Formoso do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério nos anos de 2013 e 2017, utilizando-se da análise com dados do orçamento público e do Produto Interno Bruto (PIB) desses municípios. A metodologia utilizada é a pesquisa documental, por meio levantamento bibliográfico, e a análise de dados, balanço orçamentário e PIB, extraídos respectivamente do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados encontrados demonstram um aumento nas receitas orçamentárias desses municípios e o maior volume de transferências correntes, e também, um crescimento significativo no PIB desses municípios.

**Palavras-chave:** MATOPIBA. Desenvolvimento local. Política Pública.

## **1. Introdução**

As fronteiras agrícolas tem o objetivo elementar de ser uma área de fornecimento de itens necessárias para as demandas globais, de modo a instituir uma reciprocidade entre lugares envolvidos. As dinâmicas ocorridas nesse contexto, empenham os atos dos agentes sociais, econômicos e públicos de maneira a produzir os aportes necessários para a promoção da reorganização territorial, devendo-se levar em conta que as atividades produtivas são voltadas para a escala globalizada e carregadas de racionalidade nos dias atuais.

Nesse contexto, o MATOPIBA é considerada a última fronteira agrícola do país, sendo formada por quatro mesorregiões limítrofes (uma parte considerável do Maranhão, o

---

<sup>1</sup> Mestrando em Economia Regional e Políticas Públicas (UESC). E-mail: [aclima@uesc.br](mailto:aclima@uesc.br).

<sup>2</sup> Mestranda em Economia Regional e Políticas Públicas (UESC). E-mail: [mccastro@uesc.br](mailto:mccastro@uesc.br).

<sup>3</sup> Professora do PERPP/UESC. Doutora em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PRODEMA/UESC). E-mail: [anranlyn@gmail.com](mailto:anranlyn@gmail.com).

Tocantins, em sua totalidade, a parte sul do Piauí, e o oeste da Bahia). Esse acrônimo criado a partir das iniciais desses respectivos estados abarca 337 municípios, sendo 30 municípios pertencentes ao estado da Bahia, 139 do Tocantins, 135 do Maranhão e 33 do Piauí, localizados no bioma Cerrado, predominantemente no centro/nordeste do Brasil, em que se concentra intensivamente o desenvolvimento da agricultura de alta produtividade.

Nas últimas décadas, a região do MATOPIBA passou por uma diversidade de transformações economicamente, socialmente e, sobretudo em sua dinâmica de ocupação do solo ocasionada pela expansão da atividade da pecuária e da agricultura, voltada para a produção de fibras e grãos, especialmente da soja.

A nível de compreensão, Buarque (1999) afirma que a gênese do desenvolvimento local deu-se a partir do enfraquecimento estatal como intermediário de conflitos sociais e regulamentador dos aspectos econômicos, direcionando o país para um desenho pautado na descentralização administrativa, em que esse desenvolvimento passou a ser um caminho para o desenvolvimento econômico fundamentado nos índices externos de expansão da capacidade produtiva, rentabilidade e fatores de produtividade.

O objetivo do artigo é analisar a política de expansão agrícola da MATOPIBA em relação ao desenvolvimento local no recorte dos municípios de Barreiras, Formoso do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães e São Desiderio nos anos de 2013 e 2017. Especificamente, busca-se verificar o reflexo da política do MATOPIBA nas transferências intergovernamentais e nas receitas municipais no período e verificar a evolução no Produto Interno Bruto municipal, com foco no setor de agricultura e serviços.

## **2. Metodologia**

### **2.1 Delineamento da pesquisa**

A metodologia empregada neste estudo possui natureza descritiva, exploratória e qualitativa, buscando elucidar e construir o entendimento acerca da dinâmica dos fenômenos abarcados. Portanto, está dividida em duas etapas: A construção de um referencial limita-se a materiais já desenvolvidos por demais autores. Assim, Gil (2002) complementa que uma pesquisa bibliográfica desenvolve por intermédio de material pré-existente e com acesso público. Dessa forma, para elaboração do referencial desse artigo, foram consultados artigos, monografias, livros, dissertações e demais arquivos de tom científico.

## 2.2 Coleta e tratamento de dados

Complementarmente ao desenvolvimento do referencial teórico, utiliza-se o embasamento em dados secundários para atingir o objetivo proposto pelo artigo. De acordo com Gil (2008, p. 51) a pesquisa documental “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”.

Dessa forma, a relação entre a expansão da fronteira agrícola, advinda com a Política do MATOPIBA, e o desenvolvimento local é analisado com dados do orçamento público (receitas e despesas) dos municípios e o Produto Interno Bruto (PIB) municipal. De maneira específica, a análise pela ótica do Orçamento Público consiste em verificar a evolução dos componentes na Tabela 1. Os dados foram extraídos das Finanças Municipais (FINBRA) do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Sinconfi), entre os anos de 2013 a 2017. O objetivo desses dados é analisar, principalmente, o comportamento das receitas tributárias e transferências correntes nos municípios.

**Tabela 1 – Componentes das receitas e despesas dos municípios**

<b>RECEITAS BRUTAS REALIZADAS</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>
<b>1.0.0.0.00.00.00 - Receitas Correntes</b>	3.0.00.00.00.00 - Despesas Correntes
<b>1.1.0.0.00.00.00 - Receita Tributária</b>	3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais
<b>1.2.0.0.00.00.00 - Receitas de Contribuições</b>	3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
<b>1.3.0.0.00.00.00 - Receita Patrimonial</b>	4.0.00.00.00.00 - Despesas de Capital
<b>1.7.0.0.00.00.00 - Transferências Correntes</b>	
<b>1.9.0.0.00.00.00 - Outras Receitas Correntes</b>	
<b>2.0.0.0.00.00.00 - Receitas de Capital</b>	

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base em dados do Finanças Públicas – FINBRA (SICONFI), 2020.

A segunda variável analítica é o Produto Interno Bruto municipal, justamente, por apresentar numericamente a produção total dos municípios de forma anual, e delimitar a participação de cada setor na composição total do PIB. Inicialmente, os dados brutos foram extraídos da Base de Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, separados por 5 categorias: 1 – Produto Interno Bruto total; 2 – Valor adicionado ao PIB no setor da Agropecuária; 3 - Valor adicionado ao PIB no setor da Indústria; 4 – Valor adicionado ao PIB no setor de Serviços - exclusive administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social; 5 – valor adicionado ao PIB no setor de Serviços - administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

Os valores obtidos do Orçamento Público e do Produto Interno Bruto foram deflacionados para o mês dezembro/2017, conforme índice de correção 1,2894542 do período

(janeiro/2013 a dezembro/2017) pelo indicador IGP-M (FGV), obtido diretamente no Banco Central do Brasil.

### 2.3 Área de estudo

O artigo utiliza-se do recorte delimitativo composto por 4 municípios da região MATOPIBA, localizados no estado da Bahia, na região intermediária e imediata de Barreiras. Os municípios do estudo são: Barreiras, Formoso do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério. Conforme o Instituto de Economia Agrícola (2020) eles são responsáveis pela produção de grãos da Bahia, configurando-se entre os 50 maiores produtores de milho e soja do Brasil.

**Tabela 2 – Descrição dos municípios de Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério**

	PIB (R\$ X1000)	POPULAÇÃO	ÁREA
<b>Barreiras</b>	3.889.951,66	156.975,00	8.051,27
<b>Formosa do Rio Preto</b>	1.744.435,23	25.857,00	15.634,33
<b>Luís Eduardo Magalhães</b>	4.804.729,45	90.162,00	4.036,09
<b>São Desidério</b>	2.355.567,61	34.266,00	15.156,71

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do IBGE (2020).

### 3. Fronteiras agrícolas e a política do MATOPIBA

No Brasil, diversas áreas passaram por constantes e excessivas modificações espaciais, deixando de serem espaços pouco usados ou preservados para adotar novos processos de caráter econômico. Esses espaços assumiram novos desenhos indenitários, pois sofreram alterações desencadeadas no âmbito espacial e reestruturação territorial, devido as transformações dessas áreas que tornaram-se fronteiras agrícolas, sendo resultado do fluxo de migrantes e da modernização da agricultura. A partir dessas transformações incididas nessas áreas, surge uma nova configuração acarretada por esses migrantes, modificando não somente o meio ambiental, como também a cultura e a economia local (MARION et. al. 2005).

Para definir as fronteiras agrícolas é necessário levar em consideração uma infinidade de aspectos variados, podendo ser caracterizadas como as áreas que fornecem muitas oportunidades de recursos naturais (recursos florestais, minerais ou solos) e elevada potencialidade agropecuária que apresentam, sendo essas regiões pouco exploradas economicamente e parcialmente ocupadas, consistindo em espaços ou “vazios”, não estando conectadas à um centro tradicional através de fatores relacionados as infraestrutura

insuficientes, condições naturais e localização, entre outros, apresentando uma ocupação em níveis aquém de suas potencialidades ou ainda incipientes (REDWOOD III, 1979).

Fronteiras agrícolas designam áreas despovoadas ou esparsamente povoadas por populações que se dedicam à exploração dos recursos naturais e que vêm sendo submetidas a processos de ocupação em decorrência da alta potencialidade agropecuária que apresentam. Estas áreas vêm passando por processos de imigração, em decorrência da atração induzida por programas públicos de incentivos fiscais e financeiros à produção agropecuária e de construção de estradas, e por projetos de investimentos privados (FUNDAJ, 1995, p. 5).

As fronteiras agrícolas configuram-se como um espaço que ofereceria condições para o desenvolvimento de atividades econômicas do setor primário, principalmente da agropecuária. No território brasileiro, as áreas de fronteiras agrícolas têm concebido historicamente a incorporação e a exploração da inserção de novas terras ao setor agrícola, em que são desenvolvidas atividades distintas e de múltiplas formas.

Essas fronteiras devem ser vistas como parte integrante do processo de modernização e globalização do âmbito rural, tornando-se igualmente áreas de vulnerabilidade e podem impactar extensivamente as vertentes políticas, econômicas e sociais. No viés político, as fronteiras se tornam uma saída para as diversas preocupações sociais existentes no espaço rural, em que alternativas políticas são utilizadas para a promoção de transformações profundas estruturais. Já sob a perspectiva econômica, as fronteiras agrícolas passam a assumir uma natureza reguladora no que abarca os preços dos produtos alimentícios básicos para o consumo da população urbana. Na conjectura social, essas fronteiras configuram-se como uma tendência dos fluxos migratórios, especificamente das populações localizadas nas áreas rurais.

Partindo-se de uma ótica bem mais abrangente, observa-se que as distintas fronteiras desempenham dinâmicas específicas, de acordo com a preponderância de uma ou outra frente em sua trajetória. As constantes mudanças na trajetória das fronteiras amparam-se na adoção de novas técnicas apropriadas às particularidades de cada área.

Diversas áreas brasileiras possuem suas especificidades, especialmente as que localizam-se no Bioma Cerrado, em que existem áreas que desempenham tanto a prática da pecuária, que até o final da década de 1980 tinha essa como principal atividade produtiva, e recentemente voltando-se para a produção agrícola, acometidas pelas condições climáticas adequadas e possibilitando oportunidades de expansão da região.

O fluxo migratório entre o rural/urbano e a colaboração para uma menor pressão sobre o mercado de trabalho nos centros de grande/médio porte é mitigado pelo processo de

expansão da fronteira ainda que exista a presença de embates, utilizando ferramentas de minimização de coações sociais e demográficas em áreas rurais desalentadas.

A expansão produtiva no Cerrado brasileiro é visível, sobretudo pela inserção do MATOPIBA, destacando-se na produção de grãos. A notável abrangência dessa região ocorreu pelas oportunidades ofertadas pelo MATOPIBA, que alcançou notoriedade no cenário agropecuário do país, tornando-se uma grande fronteira agrícola brasileira nos últimos anos. As condições necessárias para esse desenvolvimento como, o clima adequado e a qualidade do solo ao cultivo das principais culturas de fibras e grãos como (milho, algodão, soja, entre outros) propiciaram o avanço grandioso da região e o progresso da atividade agrícola.

Foi na década de 1970, que o agronegócio iniciou a exploração dessa região impulsionada pela modernização da agricultura, e pela injeção de incentivos fiscais e financeiros à atividade produtiva. No entanto foi apenas em 2015 por meio do decreto 8.447, que o governo federal oficializou e priorizou o MATOPIBA, possibilitando a criação das políticas para o desenvolvimento econômico da região que culminou na proposta de criação da Agência de Desenvolvimento.

Assim, foi criado o plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do MATOPIBA que prevê o planejamento e direcionamento de programas, projeto e ações federais, de modo a fomentar investimentos para o desenvolvimento da região, instalando infraestruturas apropriadas para a pecuária e, produção e escoamento da fibra e dos grãos. O Decreto do Plano de Desenvolvimento Agropecuário de MATOPIBA é um mecanismo de planejamento para a modernização, mobilidade social, competitividade, sustentabilidade e incremento da renda, possuindo como diretrizes fundamentais:

I - desenvolvimento e aumento da eficiência da infraestrutura logística relativa às atividades agrícolas e pecuárias; II - apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico voltados às atividades agrícolas e pecuárias; e, III - ampliação e fortalecimento da classe média no setor rural, por meio da implementação de instrumentos de mobilidade social que promovam a melhoria da renda, do emprego e da qualificação profissional de produtores rurais (BRASIL, 2015, p. 1).

Inicialmente, a região foi povoada por pequenos agricultores e grandes pecuaristas, no entanto o padrão de uso da terra transformou-se rapidamente na última década. Nos dias atuais, essa região possui cerca de 324 mil estabelecimentos agrícolas, 781 assentamentos de reforma agrária e áreas quilombolas, 35 terras indígenas e 46 unidades de conservação, totalizando 73 milhões de hectares de áreas legalmente atribuídas e uma

população aproximada de 6 milhões de habitantes, sendo esses agricultores familiares, quilombolas, povos indígenas, além da população que vivem tradicionalmente.

Nessas quatro mesorregiões são registradas proporções distintas pela complexidade socioeconômica e variedade de sistemas de produção, no que diz respeito a ocupação, retração, infraestrutura, cenários, potencialidades e intensificação agrícola, apresentando níveis bastante desiguais em relação aos fluxos e articulações mercantis em suas múltiplas atividades.

De acordo com Mondardo; Azevedo (2019), essas áreas apresentam um cenário marcado por profundas modificações, mostrando o retrato invasivo relativo a um modelo de produção totalizante e hegemônico. Com esse modelo de produção, busca-se transformar a área supracitada em um ambiente empreendedor e seleiro global, em que há uma preponderância das grandes propriedades rurais pelo conjunto de agentes econômicos atuantes, configurando-se em uma teia de negócios, conectados tanto com a produção, quanto com a distribuição e circulação das matérias- primas, que são escoadas e que são designadas para promover o abastecimento de mercados.

Por seu desempenho mercadológico, essa região tem se consolidado como a segunda grande fronteira agrícola do país, depois do Centro-Oeste, tornando-se um fenômeno de importante expansão pela produtividade cada vez mais acentuada, apresentando considerável crescimento econômico e uma maior participação no PIB em níveis regionais e nacionais, possibilitando a promoção do desenvolvimento dos municípios integrantes e estabelecendo-se como em uma área de expansão e produtividade do agronegócio país.

O MATOPIBA é responsável pelo desenvolvimento de atividades do agronegócio como a pecuária e, pela produção de fibras e de grãos tais como: milho, arroz, sorgo, mamona, amendoim, soja, algodão herbáceo, feijão e fava, estando em evidência: o milho, arroz, algodão e a soja. Para Bolfè et. al. (2017), nessa região, no que abarca a plantação do milho foi constatado que nos anos de 1995, que a área plantada total foi 647.169 ha e 2005 562.033 ha, em que o aumento produtivo desse grão apresentou um progresso de 1,6 milhões de toneladas em 2004 para 5,3 milhões de toneladas em 2014. Em relação a soja, contabilizou-se em relação a área plantada 591.276 ha, em 1995 e 1.795.831 ha, em 2005, sendo produzidos em 2004, 4,31 milhões de toneladas. Ambas as expansões das produções, demonstram uma relação intrínseca com à ampliação das áreas colhidas. Assim, a cada ano aumentam o quantitativo da produção agrícola do complexo da soja e milho na região.

Das atividades agrícolas desenvolvidas na região, a produção da soja demanda a injeção de maiores valores de capital nos estabelecimentos rurais, pois os empregos suscitados



por essa monocultura possui um custo mais elevado, dado o investimento em função da mão-de-obra ocupada.

Nos últimos 10 anos em toda região do MATOPIBA, o escoamento da soja produzida nos é destinado a países como a China, que consiste no maior comprador da soja produzida na região do MATOPIBA, a Indonésia, Tailândia, Alemanha e Holanda. No ano de 2018, cerca de 5.189.717 toneladas de produtos provenientes da soja, foram importados para a China (SILVA; CRAVEIRA, 2019). O milho, por sua vez, faz com que o Brasil seja o maior exportador mundial desse produto. Os fluxos de escoamento do milho e da soja destinados à exportação seguem os corredores multimodais, sendo utilizados os modais ferroviários, rodoviários e marítimos.

Assim, diante da expressividade das produções agrícolas do MATOPIBA, elenca-se que o panorama das noções socioespaciais encontradas nessa região, ampara-se em um constructo baseado no progresso do agronegócio perenizado sob a luz de uma conjuntura vinculada à continuidade das ambições e ensejos inerentes a uma alta sociedade dominante que possui o poder de direcionar os processos e as políticas no âmbito político-econômico, emergindo mecanismos dotados de uma natureza economicista, degradante e desigual (FILHO; FILHO, 2008).

### 3.1 Transferências intergovernamentais

Nos regimes federativos estão incorporados os sistemas de transferências intergovernamentais, que são instrumentos vistos como um dos fundamentais meios de compatibilização da dimensão antagônica dos distintos níveis governamentais, em que o governo central busca unificar as decisões de arrecadação e despesa, em que os governos subnacionais anseiam por uma maximização da autonomia fiscal (VELOSO, 2008).

Por transferências intergovernamentais pode-se entender "a entrega de recursos, correntes ou de capital, de um ente a outro, e podem ser voluntárias e destinadas à cooperação, auxílio ou assistência ou por determinação constitucional ou legal" (BRASIL, 2020).

Essas transferências podem ser caracterizadas como *top-down*, em outras palavras, por meio de estratégias de processamento e gestão que ocorre em um movimento de cima para baixo, da estrutura maior para a menor, não devendo ser vista como uma supremacia de um ente federativo sobre o outro. Assim, nessa tipologia as transferências ocorrem entre: Estado/Município; União/Município; e, União/ Estado.



De acordo com Shah (2007), as transferências são classificadas em dois conjuntos distintos. Enquanto as transferências específicas possuem a finalidade de conduzir os governos destinatários e se responsabilizarem por funções e programas peculiares, sendo majoritariamente de interesse nacional, as transferências gerais são aquelas praticadas como apoio significativo dos governos subnacionais, com a intencionalidade de maximizar a equidade governamental e promover a preservação da autonomia no direcionamento de políticas locais.

Os recursos incididos das transferências fiscais são recebidos pelos governos subnacionais por meio dos seguintes estímulos: i) minimização dos desequilíbrios horizontais, que originam com o enriquecimento das competências de maneira desigual, devendo-se direcionar mais recursos de locais mais desenvolvidos para os menos desenvolvidos; ii) a redução de desequilíbrios verticais, conjecturados na concentração da totalidade da arrecadação tributária nos estados e na União em detrimento dos municípios, sendo as transferências desassociadas de recursos relevantes nesta diminuição; iii) o delineamento de externalidades positivas, como originárias do fornecimento de saúde, serviços educacionais, estradas e as transferências associadas são primordiais (GASPARINI; MIRANDA, 2006).

Em países como o Brasil, que organiza-se sob os preceitos do sistema federativo, os sistemas de transferências fiscais são idealizados como mecanismos primordiais de equilíbrios das finanças subnacionais (DUARTE, 2009). Nesse aspecto, os distintos níveis de desenvolvimento econômico entre as regiões do país e aspectos geográficos naturais que favorecem determinadas localidades em detrimento de outras possibilitam a relevância dessas transferências ocorrem por meio de desequilíbrio financeiros entre despesas e receitas. Destarte, essas transferências de recursos possuem como desígnios a redução ou minimização das implicações concernentes as disparidades econômicas de uma federação, ofertadas por intermédio da descentralização.

Para que autonomia concedida para os municípios, tanto sob a perspectiva política quanto a administrativa, possa ser exercida de maneira efetiva seria necessário que esses pudessem ser capazes de auto sustentarem arcando com suas obrigações de modo a oferecer melhorias no âmbito municipal. Para Castor (2008, p.88), nos gastos municipais estão inseridos: “serviços públicos, com a folha de pagamento, com a aquisição de bens, com a contratação de terceiros para a execução de serviços e outros empreendimentos necessários para consecução de seus objetivos”.

Estudos realizados acerca do processo tributário dos municípios mostraram que municípios de proporções territoriais com pouca extensão dependem das transferências

intergovernamentais dos demais entes federativos por não serem capazes de prover bens e serviços apenas por intermédio das receitas próprias. A receita tributária referente aos municípios é formada diretamente pelas contribuições, taxas e impostos municipais, recebendo acréscimos das transferências intergovernamentais advindas do Estado e da União.

A realidade da conjuntura encontrada nos municípios de pequeno porte apresenta-se ainda mais acentuada, sobretudo quando são analisadas as regiões menos desenvolvidas, pois as maiores cidades e capitais dos estados possuem uma maior concentração tributária.

Esse panorama demonstra que a baixa capacidade arrecadatória de muitos municípios brasileiros, tornam esses entes dependentes dos recursos de transferências procedentes tanto da União quanto do Estado. Ocorrendo nesse aspecto, um descompasso entre o orçamento municipal substanciado diante dos significativos aumentos das necessidades de investimentos e despesas nos municípios.

### **3.2 Reflexo da política do MATOPIBA nas receitas municipais no período e no Produto Interno Bruto municipal**

Os resultados obtidos foram viabilizados pela análise de duas óticas: balanço orçamentário e Produto Interno Bruto Municipal. Em relação ao balanço orçamentário, os dados encontrados permitem compreender de forma analítica o comportamento das receitas e despesas realizadas no período, e assim, verificar a evolução das receitas tributárias oriundas do próprio município, como IPTU e ISSQN e por meio de transferências intergovernamentais advindas da União e do Estado da Bahia. Conforme Tenório (2017), o desenvolvimento local transita no envolvimento de diversas esferas, e especificamente, nessa análise a dimensão econômica (arrecadação de impostos) e a político-institucional (envolvimento de atores locais e instituições).

De forma complementar, a ótica do PIB municipal reflete a produção dos municípios nos setores de Agricultura, Indústria e Serviços e serve de parâmetro para analisar de forma quantitativa o desempenho econômico. Nesse aspecto, cabe salientar que o foco da descrição é o setor da agricultura, que reflete justamente a política de expansão agrícola do MATOPIBA, em seguida o setor de serviços, pois a agricultura da região é caracterizada por densidade tecnológica e capital humano especializado, o que induz diretamente a oferta de serviços especializados (EMBRAPA, 2020).

### **3.3.1 Orçamento público dos municípios de Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério**

A Tabela 3 apresenta a evolução das receitas municipais do município de Barreiras. Observa-se um crescimento de 114,07% nas receitas correntes nos anos de 2013 e 2017, ou seja, uma diferença de R\$ 386.242.602,98 milhões, proporcionados em sua maior parte pelas transferências correntes. A Tabela 3 também apresenta uma queda de (-)0,61% nas receitas tributárias entre 2016 e 2017, correspondente a R\$ 404.760,46 mil. Em relação as transferências correntes, observou-se um crescimento de 60,63% entre os anos de 2016 e 2017, ou seja, um incremento orçamentário de R\$ 242.183.339,50 milhões. Na totalidade dos municípios, o município de Barreiras destaca-se como maior orçamento dos municípios estudados. As despesas com pessoal e encargos tem destaque nesse processo, por envolver os salários dos servidores municipais. O indicativo de aumento nessa conta significa um aumento nas despesas em relação aos salários e demais encargos. Observa-se, por exemplo, nesse balanço orçamentário um crescimento de 28,63% em relação as despesas com pessoal no ano de 2013 para 2017.

As tabelas 4, 5 e 6 apresentam de forma linear o comportamento das receitas e despesas dos municípios de Formoso do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério ao longo do período de 2013 a 2017. Entre os municípios, o que apresenta menor receita é o município de Formosa do Rio Preto, com R\$ 149.137.991,32 milhões em receitas totais. O município de Luís Eduardo Magalhães tem destaque com R\$ 393.602.038,57 milhões, ou seja, quase o dobro de Formosa do Rio Preto. A composição desse é montante é majoritariamente em decorrência das transferências correntes.

O município de São Desidério, conforme tabela 6, apresenta receita total de R\$ 215.160.417,68 milhões no ano de 2017. Em comparação ao ano de 2013 apresentou crescimento de 29%, ou seja, uma diferença de R\$ 62.955.511,17 milhões. Crescimento proporcionado principalmente pelo aumento de R\$ 5.444.205,08 milhões nas receitas tributárias e R\$ 55.961.441,73 milhões nas transferências correntes.

Os dados abaixo mostram o protagonismo das transferências correntes na composição do orçamento dos municípios, e definem como sigla elementar no desempenho desses municípios. Sem a transmissão desses recursos, por meio da União e do Estado da Bahia, é inviável realizar o pagamento das despesas orçamentárias, e mais do que isso, realizar investimentos essenciais para o desenvolvimento dos municípios.

**Tabela 3 – Balanço Orçamentário do Município de Barreiras entre 2013 e 2017 (R\$ em milhões)**

Receitas	2013	2014	2015	2016	2017
<b>1 - Receitas Correntes</b>	338.588.669,94	406.050.500,63	448.993.160,71	486.804.645,91	724.831.272,93
<b>1.1 - Receita Tributária</b>	30.405.506,99	41.836.683,04	52.950.255,52	65.741.042,37	65.336.281,91
<b>1.2 - Receitas de Contribuições</b>	2.427.468,88	2.477.760,34	8.250.653,33	8.084.446,74	0,00
<b>1.3 - Receita Patrimonial</b>	1.436.510,47	1.811.147,60	2.537.338,90	4.964.662,88	10.812.125,16
<b>1.7 - Transferências Correntes</b>	290.978.745,00	345.841.133,85	375.896.072,49	399.395.637,45	641.578.976,95
<b>1.9 - Outras Receitas Correntes</b>	13.340.438,61	14.083.775,80	9.358.840,48	8.618.856,47	7.103.888,91
<b>2 - Receitas de Capital</b>	943.483,18	3.110.812,62	2.317.463,99	2.064.159,78	7.326.407,55
<b>Total de Receitas (1+2)</b>	<b>339.532.153,12</b>	<b>409.161.313,25</b>	<b>451.310.624,70</b>	<b>488.868.805,69</b>	<b>732.157.680,48</b>
<b>Deduções</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>339.532.153,12</b>	<b>409.161.313,25</b>	<b>451.310.624,70</b>	<b>488.868.805,69</b>	<b>732.157.680,48</b>
<b>Despesas</b>					
<b>3 - Despesas Correntes</b>	299.551.788,84	342.492.582,51	376.772.924,44	401.336.165,94	391.452.312,02
<b>3.1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	180.502.883,38	197.132.703,03	222.093.987,93	238.016.433,40	252.916.059,59
<b>3.3 - Outras Despesas Correntes</b>	119.048.905,46	145.359.879,48	154.678.936,51	163.280.728,46	138.357.811,73
<b>4.0 - Despesas de Capital</b>	23.653.792,25	33.340.767,78	32.860.239,26	31.382.435,77	51.669.645,54
<b>Total de Despesas (3+4)</b>	<b>416.758.794,00</b>	<b>484.619.892,03</b>	<b>528.203.203,39</b>	<b>557.970.818,40</b>	<b>571.385.469,30</b>
<b>Superavit/Deficit</b>	<b>-77.226.640,88</b>	<b>-75.458.578,79</b>	<b>-76.892.578,68</b>	<b>-69.102.012,71</b>	<b>160.772.211,18</b>
<b>Total</b>	<b>339.532.153,12</b>	<b>409.161.313,25</b>	<b>451.310.624,70</b>	<b>488.868.805,69</b>	<b>732.157.680,48</b>

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base em dados de Finanças Públicas – FINBRA (SICONFI), 2020.

**Nota:** Os valores foram deflacionados conforme índice de correção 1,2894542 do período (janeiro/2013 a dezembro/2017) pelo indicador IGP-M (FGV).

**Tabela 4 – Balanço orçamentário do município de Formosa do Rio Preto entre 2013 e 2017 (R\$)**

<b>Receitas</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>1 - Receitas Correntes</b>	98.692.087,81	122.998.273,93	130.789.941,05	133.670.200,00	147.872.808,96
<b>1.1 - Receita Tributária</b>	5.226.763,14	8.550.291,05	7.401.244,66	7.736.997,52	10.946.247,17
<b>1.2 - Receitas de Contribuições</b>	25.425,28	126.138,56	149.416,10	70.166,39	0,00
<b>1.3 - Receita Patrimonial</b>	589.294,78	1.160.960,51	1.249.459,26	1.149.441,45	1.014.564,18
<b>1.7 - Transferências Correntes</b>	91.805.022,73	112.390.351,78	120.918.937,91	123.867.632,34	134.164.125,03
<b>1.9 - Outras Receitas Correntes</b>	308.268,26	151.403,41	473.140,64	239.830,02	1.097.407,75
<b>2 - Receitas de Capital</b>	414.219,63	2.232.248,36	2.073.517,95	900.239,21	1.265.182,37
<b>Total de Receitas (1+2)</b>	99.106.307,43	125.230.522,29	132.863.459,00	134.570.439,21	149.137.991,32
<b>Deduções</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	99.106.307,43	125.230.522,29	132.863.459,00	134.570.439,21	149.137.991,32
<b>Despesas</b>					
<b>3 - Despesas Correntes</b>	81.336.658,05	97.665.861,20	107.210.513,17	107.386.866,71	121.206.359,42
<b>3.1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	46.463.314,63	48.351.372,24	56.062.439,93	56.867.996,17	68.934.597,06
<b>3.3 - Outras Despesas Correntes</b>	34.687.563,33	49.205.636,50	51.082.695,86	50.483.693,33	52.239.557,97
<b>4 - Despesas de Capital</b>	2.368.836,81	10.845.196,89	9.394.429,45	5.237.769,29	7.361.193,31
<b>Total de Despesas (3+4)</b>	83.705.494,86	108.511.058,09	116.604.942,62	112.624.636,00	128.567.552,73
<b>Superavit/Deficit</b>	15.400.812,57	16.719.464,20	16.258.516,38	21.945.803,21	20.570.438,59
<b>Total</b>	99.106.307,43	125.230.522,29	132.863.459,00	134.570.439,21	149.137.991,32

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base em dados do Finanças Públicas – FINBRA (SICONFI), 2020.

**Nota:** Os valores foram deflacionados conforme índice de correção 1,2894542 do período (janeiro/2013 a dezembro/2017) pelo indicador IGP-M (FGV).

**Tabela 5 – Balanço orçamentário do município de Luís Eduardo Magalhães entre 2013 e 2017 (R\$)**

<b>Receitas</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>1 - Receitas Correntes</b>	235.423.091,48	288.702.525,62	327.867.495,46	350.310.640,64	378.704.307,88
<b>1.1 - Receita Tributária</b>	39.370.745,97	49.465.109,20	55.986.187,99	62.912.078,19	60.848.539,70
<b>1.2 - Receitas de Contribuições</b>	0,00	0,00	0,00	4.764.635,54	0,00
<b>1.3 - Receita Patrimonial</b>	984.688,54	1.942.070,66	2.286.346,93	5.262.121,58	1.636.378,38
<b>1.7 - Transferências Correntes</b>	190.006.969,74	229.597.922,77	261.667.831,60	270.547.998,88	300.015.029,71
<b>1.9 - Outras Receitas Correntes</b>	5.060.687,23	6.970.633,57	7.927.128,92	6.823.806,46	9.840.087,98
<b>2 - Receitas de Capital</b>	11.166.754,49	8.648.983,16	3.474.115,64	5.742.955,86	14.897.730,69
<b>Total de Receitas (1+2)</b>	246.589.845,98	297.351.508,78	331.341.611,10	356.053.596,50	393.602.038,57
<b>Deduções</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	246.589.845,98	297.351.508,78	331.341.611,10	356.053.596,50	393.602.038,57
<b>Despesas</b>					
<b>3 - Despesas Correntes</b>	194.966.400,88	242.003.885,14	281.226.583,97	303.013.101,71	330.121.350,56
<b>3.1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	92.998.174,45	102.327.752,36	126.717.263,55	136.057.184,74	174.757.847,25
<b>3.3 - Outras Despesas Correntes</b>	100.506.690,08	138.184.274,92	153.093.489,00	165.608.693,45	153.732.617,78
<b>4.0 - Despesas de Capital</b>	22.579.771,05	20.438.179,61	15.884.630,11	17.893.461,85	31.312.676,71
<b>Total de Despesas (3+4)</b>	217.546.171,93	262.442.064,75	297.111.214,08	320.906.563,55	361.434.027,27
<b>Superavit/Deficit</b>	29.043.674,05	34.909.444,03	34.230.397,02	35.147.032,95	32.168.011,30
<b>Total</b>	246.589.845,98	297.351.508,78	331.341.611,10	356.053.596,50	393.602.038,57

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base em dados do Finanças Públicas – FINBRA (SICONFI), 2020.

**Nota:** Os valores foram deflacionados conforme índice de correção 1,2894542 do período (janeiro/2013 a dezembro/2017) pelo indicador IGP-M (FGV).

**Tabela 6 – Balanço orçamentário do município de São Desiderio entre 2013 e 2017 (R\$)**

Receitas	2013	2014	2015	2016	2017
<b>1 - Receitas Correntes</b>	149.947.064,21	179.969.419,82	193.599.253,33	199.269.128,42	212.049.848,93
<b>1.1 - Receita Tributária</b>	11.587.361,88	13.719.085,96	16.650.663,76	20.106.359,06	17.031.566,96
<b>1.2 - Receitas de Contribuições</b>	720.648,19	893.499,07	1.378.942,58	1.088.121,49	0,00
<b>1.3 - Receita Patrimonial</b>	382.019,98	371.148,22	697.811,47	460.423,46	1.452.162,77
<b>1.7 - Transferências Correntes</b>	135.026.323,76	163.262.652,69	174.006.881,71	176.923.398,21	190.987.765,49
<b>1.9 - Outras Receitas Correntes</b>	2.230.710,40	1.723.033,87	864.953,81	690.826,20	1.326.458,80
<b>2 - Receitas de Capital</b>	2.257.842,30	1.580.051,97	3.056.046,31	12.626.450,60	3.110.568,75
<b>Total de Receitas (1+2)</b>	152.204.906,51	181.549.471,79	196.655.299,64	211.895.579,01	215.160.417,68
<b>Deduções</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	152.204.906,51	181.549.471,79	196.655.299,64	211.895.579,01	215.160.417,68
<b>Despesas</b>					
<b>3 - Despesas Correntes</b>	106.290.819,31	135.967.675,40	154.126.953,31	150.237.616,37	142.464.459,95
<b>3.1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	54.716.882,82	67.487.700,79	73.381.374,41	71.662.230,17	83.616.627,55
<b>3.3 - Outras Despesas Correntes</b>	51.573.936,49	68.479.974,62	80.745.578,90	78.575.386,20	58.795.236,17
<b>4.0 - Despesas de Capital</b>	26.465.514,77	19.981.668,77	17.234.795,99	35.249.281,91	22.059.638,65
<b>Total de Despesas</b>	171.183.212,55	201.089.536,84	220.963.127,36	239.176.860,03	212.146.289,94
<b>Superavit/Deficit</b>	-18.978.306,04	-19.540.065,05	-24.307.827,72	-27.281.281,02	3.014.127,75
<b>Total</b>	152.204.906,51	181.549.471,79	196.655.299,64	211.895.579,01	215.160.417,68

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Finanças Públicas – FINBRA (SICONFI), 2020.

Nota: Os valores foram deflacionados conforme índice de correção 1,2894542 do período (janeiro/2013 a dezembro/2017) pelo indicador IGP-M (FGV).



### 3.4 Análise no Produto Interno Bruto municipal dos municípios de Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério com foco no setor de agricultura e serviços

O PIB mensura a produção dos municípios. Nas tabelas a seguir a análise é feita do PIB municipal, deflacionado conforme índice de correção 1,2894542 do período (janeiro/2013 a dezembro/2017) pelo indicador IGP-M (FGV), em preços multiplicados por 1000 (mil). A utilização do PIB municipal, enquanto fonte de análise, dá-se pela necessidade de entendimento da realidade local. O uso desse indicador possibilita compreender, mesmo que de forma quantitativa, o desempenho da economia local e os setores participantes.

Segundo Massardi e Abrantes (2015), o indicativo de crescimento da economia reflete diretamente na localidade, pois demonstra uma dinâmica econômica e as potencialidades econômicas desses municípios. O crescimento dos setores do PIB municipal, amplia oportunidades e perspectivas para a comunidade e os agentes locais, o que influencia na execução do desenvolvimento local.

Nessa perspectiva, a tabela 7 apresenta o comportamento do PIB de todos os municípios, e pode-se observar um crescimento significativo entre 2013 e 2015 em todos os municípios. O município de Luís Eduardo Magalhães contém o maior PIB, com R\$ 5.643.266 (x1000) em 2015. No mesmo período, o município de Formosa do Rio Preto apresentou um PIB de R\$ 2.070.101 (x1000), ou seja, foi o município com menor PIB do ano de 2015.

No comparativo do período todo (2013 a 2017), o município de Luís Eduardo Magalhães destaca-se como maior PIB em relação aos outros. Esse fato deve-se, principalmente, aos setores de serviços e indústria, sobretudo por conta do alto grau de desenvolvimento desses setores e pela centralização e atendimento de serviços especializados, juntamente com o município de Barreiras. Ambos os municípios demonstram características regionais de centralidade, ou seja, atendem municípios da região e possuem as duas maiores populações dos municípios estudados, conforme tabela 2.

**Tabela 7 – Produto Interno Bruto municipal (preços correntes) dos municípios de Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério entre 2013 E 2017 (R\$ x1000)**

MUNICÍPIO	PRODUTO INTERNO BRUTO				
	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Barreiras</b>	3.724.817	4.303.840	4.794.644	4.357.075	5.015.915
<b>Formosa do Rio Preto</b>	1.516.234	1.761.695	2.070.101	1.276.336	2.249.369
<b>Luis Eduardo Magalhães</b>	4.365.067	4.931.502	5.643.266	5.170.288	6.195.479
<b>São Desidério</b>	2.533.798	3.254.318	3.502.963	1.946.724	3.137.397

MUNICÍPIO	PRODUTO INTERNO BRUTO (AGROPECUÁRIA)				
	2013	2014	2015	2016	2017
Barreiras	606.448	809.461	950.528	597.224	843.813
Formosa do Rio Preto	967.201	1.134.751	1.300.253	688.055	1.363.285
Luis Eduardo Magalhães	474.279	695.426	790.813	454.712	775.274
São Desidério	1.683.300	2.171.885	2.286.263	1.073.253	1.937.084

  

MUNICÍPIO	PRODUTO INTERNO BRUTO (INDÚSTRIA)				
	2013	2014	2015	2016	2017
Barreiras	443.408	487.378	568.038	497.225	604.963
Formosa do Rio Preto	74.952	87.813	116.751	83.843	89.917
Luis Eduardo Magalhães	897.153	930.898	1.054.273	1.078.221	1.277.627
São Desidério	148.676	236.022	257.469	205.266	197.007

  

MUNICÍPIO	PRODUTO INTERNO BRUTO (SERVIÇOS - EXCLUSIVE ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL)				
	2013	2014	2015	2016	2017
Barreiras	1.876.873	2.100.331	2.246.406	2.217.985	2.430.008
Formosa do Rio Preto	327.216	376.800	458.424	315.429	534.232
Luis Eduardo Magalhães	2.102.801	2.331.029	2.661.979	2.466.453	2.804.666
São Desidério	502.405	608.717	678.730	408.516	597.905

  

MUNICÍPIO	PRODUTO INTERNO BRUTO (ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL)				
	2013	2014	2015	2016	2017
Barreiras	493.043	547.878	611.485	641.664	681.842
Formosa do Rio Preto	101.222	109.807	124.399	126.487	142.943
Luis Eduardo Magalhães	246.720	280.454	330.574	351.538	407.313
São Desidério	124.794	146.901	161.480	162.021	179.498

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base em dados do IBGE, 2020.

**Nota:** Os valores foram deflacionados conforme índice de correção 1,2894542 do período (janeiro/2013 a dezembro/2017) pelo indicador IGP-M (FGV), em preços multiplicados por 1000 (mil).

Em relação ao setor de agropecuária, os municípios com maior desempenho são justamente os que apresentam maior área territorial, ou seja, os municípios de Formosa do Rio Preto e São Desidério conforme tabela 2 e 7. Observa-se na tabela 7, um crescimento de 41% do PIB agropecuária comparando o ano de 2013 com 2017, no município de Formosa do Rio Preto. Já no município de São Desidério o crescimento foi de 15,07%, ou seja, apresentou um crescimento menor em relação ao município de Formosa do Rio Preto mas, ainda é o município com maior PIB agropecuário entre todos, com R\$ 1.937.084 (x1000). Os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães apresentam um desempenho menor no

PIB Agropecuário na série estudada, pois a composição central do seu PIB está direcionado para os demais setores.

#### 4. Conclusão

Os resultados obtidos permitiram chegar a conclusões indiretas em relação ao desenvolvimento local dos municípios estudados, sobretudo pela natureza do artigo em relacionar as variáveis quantitativas a duas dimensões do desenvolvimento local, a econômica e política-instituição. Nesse caso, utilizando como fundo central a política do MATOPIBA que abarca no seu meio uma série de atores públicos e privados, de ordem local, regional e global com a finalidade de atender as demandas principais do global. Pode-se concluir que a criação da política do MATOPIBA agregou distintos meios de fomentar o desenvolvimento. Em relação a produção, a instituição dessa fronteira agrícola evidenciou os produtores locais, mesmo advindos de outras regiões para a produção naquela localidade, e conseqüentemente tornaram-se agentes globais por conta do escoamento da produção para outros países.

Com a evidência dessa área geográfica, os municípios tiveram um desempenho importante na realização das suas receitas, tanto as tributárias quanto as transferências correntes. Os dados mostram um crescimento em todos os municípios estudados, e isso impacta diretamente sobre a atuação das instituições públicas responsáveis pelo orçamento. As receitas tributárias são receitas próprias dos municípios e, segundo a constituição, tem uma “liberdade” de alocação desses recursos. As transferências correntes estão mais ligadas a um gasto específico e não pode ser alocada para outro setor, conforme vinculação. No caso dos municípios, as despesas são alocadas essencialmente nos setores de educação e saúde, o que reflete diretamente na vida de sociedade, sobretudo as mais vulneráveis. Assim, o maior volume de recursos disponíveis.

Em relação ao PIB, proporcionou um crescimento significativo nos anos estudados, com exceção de desempenho ruim em 2016, sobretudo nos setor da agropecuária e serviços. Esse crescimento não está relacionado diretamente ao desenvolvimento, mas o olhar setorizado do PIB permitiu compreender que as cidades de Formoso do Rio Preto e São Desidério tornaram-se importantes produtores agrícolas, enquanto os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães especializaram-se no setor de serviços.

A conclusão do artigo é que a política do MATOPIBA adicionou mecanismos diferentes de fomentar o desenvolvimento, tanto em esfera local e global. Os municípios pesquisados aumentaram efetivamente suas receitas, por meio das receitas tributárias e transferências correntes, bem como tiveram um desempenho significativo do PIB. As transferências intergovernamentais, em um estado federativo, passam a buscar a redução das disparidades inter-regionais, adotando uma função equalizadora das distinções entre o desenvolvimento dos entes federativos locais. Assim, as transferências devem sempre buscar a promoção da redução das desigualdades, em que os municípios menos desenvolvidos recebam maiores valores de transferências e os mais desenvolvidos menos recursos.

## 5. Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Art.30.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Finanças do Brasil**: dados contábeis dos Municípios. Banco de dados. Disponível em: < www. Tesouro. Fazenda.gov.br>. Acesso em 21 de Out de 2020.

BOLFE, E. G; VICTORIA, D. C.; CONTINI, E. BRAYMA-SILVA, G., SPINELLI-ARAÚJO, L.; GOMES, D.. Matopiba em crescimento agrícola Aspectos territoriais e socioeconômicos. **Revista de Política Agrícola**, 25, Abr. 2017. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1202>>. Acesso em: 08 Out. 2020.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

CASTOR, P. C. K.. **Autonomia municipal como fator de desenvolvimento local**. 2008. 133 f. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento)- Fae Centro Universitário, Curitiba, 2008.

DUARTE, A. J. M. et al. **Transferências fiscais intergovernamentais no Brasil**: uma avaliação das transferências federais, com ênfase no Sistema Único de Saúde. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2009.

FILHO, A. M. dos S.; FILHO, J. N. V. R. A revalorização econômica do oeste baiano a partir da expansão da agricultura moderna e o surgimento de um novo território: o município de Luís Eduardo Magalhães – BA. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, vol. 9 n.2, p. 01-15, 2008.

FUNDAJ. **Transformações recentes da fronteira agrícola e implicações para a dinâmica espacial do Brasil**. Termo de Referência. Recife: FUNDAJ/ECONOMIA, set. 1995.

GASPARINI, C. E.; MIRANDA, R. B. **Evolução dos aspectos legais e dos montantes de transferências realizadas pelo Fundo de Participação dos Municípios**. Textos para Discussão, n.1243. Brasília: Ipea, 2006.

IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 20 Nov. 2020.

MARION, F. A. et. al. **Expansão da fronteira agrícola e reordenação territorial**. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária/II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Presidente Prudente, 2005.

MASSARDI, W. de O; ABRANTES, L. A. **Esforço Fiscal, Dependência do FPM e Desenvolvimento Socioeconômico**: Um estudo aplicado aos Municípios de Minas Gerais. REGE Revista de Gestão, v. 22, n. 3, p. 295-313, 2015.

MONDARDO, M. L. ; AZEVEDO, J.R. N. MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais. **Rev. NERA**. Presidente Prudente, v. 22, n. 47, pp. 296-320, 2019.

REDWOOD M. J. **Ocupação da fronteira, Estado e expansão capitalista: algumas reflexões com base no caso brasileiro contemporâneo**. Recife: UFPEIPIMES, abro 1979. (PIMES Texto para discussão, 74).

SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FISCAIS DO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO. Disponível em:<<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf;jsessionid=1aKcFYHpsOFLrWxenpXJjt52.node3>>. Acesso em: 20 Nov. 2020.

SHAH, A. A practitioner's guide to intergovernmental fiscal transfers. In BOADWAY, R.; SHAH, A. **Intergovernmental fiscal Transfers: principles and practice**. Public Sector Governance and Accountability Series. Washington: The World Bank, 2007. p. 1-154.

SILVA, J. T.; CRAVEIRO, K. O. **A soja do matopiba: de onde vem e para onde vai?** Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada/XVIII GEOGRAFIA Física e as Mudanças Globais. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza- CE, 11 a 15 de Junho de 2019.

VELOSO, J. F. A. **As Transferências Intergovernamentais e o Esforço Tributário Municipal**: Uma Análise do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Brasília, 2008. 113 p. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2008.